

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Jornal de BrasíliaCLASS. : 158DATA : 11 08 87

PG. :

Arruda pede CPI contra mineradoras

O líder em exercício do PT, deputado Plínio de Arruda Sampaio, pediu ontem do plenário da Constituinte a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias do jornal O Estado de São Paulo, sobre o envolvimento da CNBB numa conspiração internacional para desnacionalizar a Amazônia. Para o parlamentar a CPI servirá não para comprovar a denúncia vazia formulada pelo Estadão, mas para desmascarar a manobra das empresas nacionais e multinacionais de exploração de minério, «que para não perderem o direito de exploração das terras indígenas, cometem um verdadeiro crime contra a imagem do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da CNBB».

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara dos Deputados não afastou a possibilidade de abertura de uma CPI, mas ressaltou que precisava examinar melhor o teor das denúncias para poder tomar uma decisão.

Para o líder em exercício do PDT, deputado Amaury Müller, tudo não passa de uma campanha desenvolvida por grupos estrangeiros, interessados na exploração das riquezas do subsolo nacional: «São interesses inconfessáveis. Eu atribuo essa campanha principalmente à recente decisão do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, de proibir a exploração de minérios em terras indígenas, até a decisão soberana da Constituinte». Ele defende a instalação de CPI para apurar todo o processo de exploração do subsolo por empresas e sugerir que a CNBB exija a retração do autor da denúncia.



Apuração

Já o líder do PFL, deputado José Lourenço, diz que a denúncia tem de ser avaliada em toda a sua extensão, apesar do desmentido oficial da CNBB, mas não concorda com a abertura de uma CPI já que a questão deve ser examinada pela Constituinte e não pelo Congresso Nacional.

O deputado Celso Dourado (PMDB-BA), membro da Igreja Presbiteriana Unida, filiada ao Conselho Mundial de Igrejas, que foi denunciado com um dos órgãos envolvidos na conspiração, exigiu uma apuração rigorosa do Congresso Nacional sobre as denúncias veiculadas e prometeu acionar o Conselho para exigir retratação do autor da denúncia. Ele defende a instalação imediata de uma CPI para desmascarar as companhias de mineração, «estas sim interessadas na internacionalização da Amazônia e verdadeira ameaça à soberania do País». Segundo ele, o programa do Conselho Mundial de Igrejas em relação aos índios, não só no Brasil mas em todos os países que os marginaliza, é desenvolver um programa social para a preservação de sua cultura e respeito aos seus direitos».